

## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CBE**

Aos 15 dias do mês de abril de 2020, às 10h30min, deu-se início a reunião do Conselho de Administração da CBE por meio de videoconferência, em atendimento a convocação feita pelo OF/CBE/Conselho de Administração/Nº 2020.001 de 13 de abril de 2020, com a seguinte pauta de agenda: 1) discutir a forma de acolhimento da entidade Associação Brasileira de Esgrimistas - ABE junto à CBE (vinculação ou reconhecimento) e possível isenção financeira para a entidade e atletas; 2) proposição de inclusão no Estatuto da CBE as entidades esportivas que atuem com projetos sociais da esgrima como entidades reconhecidas; 3) conhecer e encaminhar o Balanço Patrimonial da CBE conforme Art.41 §5 do Estatuto; 4) esclarecimento por parte da diretoria da CBE sobre as atividades técnicas e administrativas que estão sendo desenvolvidas dada a situação emergencial por conta da Pandemia Covid-19 e adiamento dos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020; 5) comentários sobre alguns temas de interesse das entidades esportivas em razão da Pandemia. Se fizeram presentes os seguintes conselheiros: Suzana Pasternak (Presidente da FPE), Roberto Pacheco (representante do CAP), Carolina Moreira (representante do ECP), Pablo Mangiaterra (membro independente), Ildefonso Petrich (Presidente FEP), Guilherme Toldo (Presidente da Comissão de Atletas) e Ricardo Machado (Presidente da CBE). A fim de tratar dos assuntos correlatos aos itens 4 e 5 da citada convocação participaram também da reunião o Sr Arno Schneider (Vice-Presidente e Diretor Técnico CBE) e Eduardo Azeredo (Gerente de Esportes CBE). A Presidente do Conselho saudou a todos, informando que um dos motivos da reunião é dar suporte as ações corporativas da Entidade nesse momento tão desafiador ao desporto e ao mundo, reiterando que esse é um dever do colegiado, sobretudo, em tempos que se exige maior proatividade e criatividade. Na sequência, foi dada a palavra ao Presidente da CBE que passou a explicar acerca da Assembleia Geral Ordinária apazada para o dia 25 de abril próximo e que tem como tema primário a aprovação das contas do exercício de 2019, bem como o modelo presencial que deverá ser adotado em atenção às regras estabelecidas no estatuto da CBE. Esclareceu que, até o momento, não há uma alteração ou a vigência de qualquer nova norma legal que permita a realização da assembleia geral de forma virtual, tampouco que prorogue a sua realização para período posterior à pandemia. Portanto, e por segurança jurídica, a próxima Assembleia Geral da CBE deverá ser presencial, e que serão tomadas todas as cautelas quanto a não aglomeração (distância física mínima de 1,5 metros) e fornecimento de álcool em gel e máscaras para os presentes. Informou, ainda, que o Ministério da Cidadania emanou uma portaria que trata da dilação do prazo de entrega das prestações de contas, mas que essa ampliação se restringe a certificação dos Art 18 e 18ª da Lei 9.615 (Pelé). Por esse motivo, a Assembleia Geral da CBE se mantém confirmada presencial, de acordo com o seu edital de convocação divulgado no dia 09 de abril próximo passado. Por fim, comentou que aqueles membros que optarem por não se descolar ou viajar ao local da AGO poderão se fazer presentes por meio de representantes credenciados, até mesmo porque os documentos relativos à prestação de contas já foram encaminhados com bastante antecedência para à apreciação. Propôs, ainda, que este Conselho faça uma proposta de alteração no estatuto a fim de ser permitida a realização das assembleias com a participação de seus membros, também, de forma remota e não apenas de forma presencial como é atualmente. Passou-se então para a deliberação do tema de aprovação da vinculação/reconhecimento da Associação Brasileira de Esgrimistas - ABE. O Presidente da CBE, Ricardo Machado lembrou que a legalidade documental desta entidade é assunto ultrapassado,

uma vez que já foi analisado anteriormente e o que se debate agora é a peculiaridade de um projeto social não estar contemplado no estatuto como entidade reconhecida e o pedido de isenção de pagamento de anuidade e inscrições em competições para atletas. Informou que, a que se tem notícia, há também outros projetos sociais de esgrima no Piauí e Rio de Janeiro e que, portanto, uma eventual alteração estatutária deverá abranger genericamente a todas as entidades. Quanto ao pedido de isenção, o Conselheiro Roberto Pacheco alertou que o estatuto prevê que casos omissos poderão ser tratados pelo Conselho de Administração para ratificação da Assembleia Geral. Isso posto, foi analisada a proposta trazida pelo Presidente da CBE, Ricardo Machado, quanto à redação de nova norma a ser incluída no artigo 80 do Estatuto para o reconhecimento de entidades que atuem com projetos sociais, sendo que todos concordaram e que o texto dessa norma, após deliberação pelo CA, será à Assembleia Geral para ratificação numa próxima reunião após a pandemia. Quanto à isenção da cobrança das taxas de anuidade e inscrição em competição para os atletas, face à omissão estatutária, por unanimidade os membros do CA concordaram que assim será por um período de dois anos, prorrogável por igual período e que tal tema será levado para a Assembleia Geral para a sua ratificação. Idelfonso Petrich, Conselheiro e Presidente da Federação de Esgrima do Paraná – FEP trouxe tema semelhante ao informar que sua federação está em parceria com a prefeitura Municipal de Curitiba para abertura de três salas de esgrima e uma delas já em funcionamento, e que, pelo caráter social e de fomento ao esporte, os atletas integrantes do programa poderiam participar de competições, serem inscritos pela própria Federação e gozarem de mesmos benefícios. Foi explicado de que não há essa possibilidade de a própria Federação ser uma EPD, uma vez que os conceitos não se confundem. Ou estes atletas participariam das competições através de EPDs filiadas ou reconhecidas já existentes, ou deveria ser constituída uma pessoa jurídica para este fim. De qualquer forma, os conselheiros ficaram de estudar alternativas. Na sequência, foi dada a palavra ao Vice-Presidente e Diretor Técnico da CBE, Arno Schneider, para que posicionasse o Conselho acerca das questões técnicas desportivas em face à pandemia e suas consequências. Informou que a Federação Internacional de Esgrima – FIE expediu recente documento, mantendo os critérios para classificação aos Jogos Olímpicos Tóquio 2020/2021 através do congelamento dos rankings e da possibilidade de retomada da corrida com as últimas competições faltantes para a classificação, incluindo aí os campeonatos pré-olímpicos regionais. A Federação Internacional do Esporte para Amputados e Cadeirantes – IWAS suspendeu as provas do calendário e deverá incluir para a classificação aos Jogos Paralímpicos Tóquio 2020/2021 uma etapa da Copa do Mundo, tendo o Brasil como candidato a país sede, e os regionais da América, Europa e Ásia. Falou-se também do retorno das atividades esportivas no Brasil. Nesse momento, não há definição de data, mas haverá um tempo mínimo de preparação ao atletas para que tenham condições de competir e provavelmente não conseguiremos executar todas as competições previstas, mas está sendo estudada a possibilidade de juntar algumas competições em evento único dando como exemplo os Campeonatos Brasileiros de Categorias de 2019. Esse tema será motivo de debate junto ao Conselho Técnico da CBE. O conselheiro Pablo Mangiaterra sugeriu aproveitarmos as consequências da Covid19 para adequação do nosso calendário ao internacional. Arno relatou que não é tão simples, uma vez que influencia nos calendários das federações, clubes e afins e que tal assunto deverá ser tratado também no Conselho Técnico. O conselheiro Roberto questionou sobre a possibilidade de se utilizar recursos de 2020 em 2021. O Presidente da CBE, Ricardo Machado, informou que há diversos estudos sendo desenvolvidos pelos comitês (COB, CPB e CBC) junto à

Secretaria Especial do Esporte com relação ao custeio financeiro do setor esportivo, na medida em que haverá notória redução da arrecadação. Mas lembrou que o orçamento estabelecido para os comitês e para as Confederações é uma mera projeção com base na média histórica da arrecadação dos jogos das loterias esportivas. Porém, em razão da pandemia, calcula-se que a arrecadação deva cair cerca de 40% ou mais. Eduardo Sales, Gerente de Esportes da CBE, passou para a apresentação das atividades administrativas da CBE, iniciando pela urgente repatriação feita pela CBE de esgrimistas e treinadores que estavam em regiões com elevados casos confirmados da Covid-19, como Hungria, Itália e EUA; seguiu relatando acerca da adaptação dos funcionários da CBE ao expediente no sistema de *home Office* com duas reuniões diárias via remota e de como todos estão aproveitando esse momento para ampliar e evoluir nas diversas ações administrativas. O Presidente Ricardo Machado complementou informando que, ao contrário do se possa imaginar, o tempo despendido para as atividades diárias em home office aumentaram ao invés de diminuir. Roberto retornou ao tema de alteração do estatuto. Por fim, tratou-se sobre as demonstrações financeiras da CBE. A Presidente do Conselho, Suzana Pasternak, passou a palavra ao conselheiro Roberto Pacheco que fez uma análise mais profunda do balanço patrimonial e relatou que, após a verificação, não constatou qualquer inconformidade nos demonstrativos apresentados, passando o tema ao conselheiro Idelfonso que relatou ter também apreciado os números com maior intensidade, concluindo que não há nos documentos apresentados qualquer inconformidade. Isso posto, os demais membros do conselho deliberaram quanto a positividade das demonstrações e da decisão de dar continuidade ao processo de prestação de contas, encaminhando a documentação à Assembleia Geral. Ainda em tempo, o Presidente da Comissão de Atletas Guilherme Toldo referiu que os atletas não poderão estar representados na Assembleia Geral, uma vez que o Estatuto da CBE não permite a representação por atleta que não seja membro daquela comissão e que os atuais atletas membros, justificadamente em razão da COVID-19, não desejam se deslocar até porque nenhum reside na cidade do Rio de Janeiro, local da Assembleia Geral. Assim, propôs a sua participação na Assembleia Geral de forma virtual. O Presidente da CBE informou que essa situação já vem ocorrendo excepcionalmente em algumas entidades esportivas, que está pessoalmente de acordo com a proposição feita, uma vez que a Assembleia Geral não perderá o seu caráter presencial e que tratará deste tema oportunamente junto aos demais membros daquela Assembleia Geral. Nada mais foi tratado, foi encerrada a reunião às 12h30min.



Suzana Pasternak

Presidente Conselho Administração

Pablo Mangiaterra  
Vice Presidente Conselho Administração

Ildefonso Petrich  
Membro Conselho Administração

Carolina Moreira  
Membro Conselho Administração

Roberto Pacheco  
Membro Conselho Administração

Guilherme Toldo  
Membro Conselho Administração

Ricardo Machado  
Membro Conselho Administração